SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/03/2015 - Telesíntese

# Vivo e Claro ganham mercado em janeiro

A Oi, por sua vez, perde market share pelo sexto mês consecutivo.

O Brasil fechou janeiro de 2015 com 281,70 milhões de acessos na telefonia móvel e teledensidade de 138,34%. No primeiro mês de 2015, os acessos pré-pagos totalizavam 213,40 milhões (75,75% do total) e os pós-pagos 68,30 milhões (24,25%).

A quantidade e a participação percentual dos acessos 2G (GSM e CDMA) vêm sofrendo redução constante com o avanço das demais tecnologias (3G – terminais de dados banda larga e WCDMA e 4G – LTE).

Vivo e Claro ampliaram as participações no mercado brasileiro. A Vivo, que lidera, fechou o mês com market share de 28,65% – 80,708 milhões de celulares, contra participação de 28,47% de dezembro. A Claro também apresentou crescimento, mantendo-se em terceiro lugar, com 25,34% do mercado, contra 25,33% do mês anterior e base de 71,385 milhões.

A TIM, segunda colocada, perdeu mercado, caiu para 26,90% do mercado (possuía 26,97% em dezembro), mas ampliou a base de 75,72 milhões para 75, 786 milhões de clientes. A Oi, por sua vez, perde market share pelo sexto mês consecutivo. Agora, possui 17,98% do mercado, com 50,657 milhões de acessos, contra 51, 267 milhões de agosto do ano passado.

## LTE

A tecnologia de dados LTE continua com crescimento forte e já tem 7,752 milhões de acessos. A partir de dezembro do ano passado, o número de clientes com comunicação de dados 3G WCDMA passou o número de clientes 2G. Em dezembro, 51,53% da base de celular já era de 3G e 2,41% de LTE.

As conexões M2M especiais (que têm isenção de imposto) também crescem e já somam 1,419 milhões. As conexões M2M 2G (que permite o uso do cartão de crédito) também continuam crescendo e somaram em janeiro 8,665 milhões. ( com assessoria de imprensa).

09/03/2015 - Telesíntese

# Tarifa de telefonia fixa será 2% menor que a inflação, devido à produtividade

A Anatel publicou hoje,9, a portaria com a retificação do valor X – o índice de produtividade de 2014, que será de 2,1% a ser aplicado no reajuste da telefonia, em abril.

A Anatel publicou hoje,9, a portaria com a retificação do valor X – o índice de produtividade de 2014, para ser aplicado no reajuste de 2015, que será de 2,1%.

O reajuste da tarifa de telefonia fixa será 2,1% menor do que a inflação do ano (medida pelo IST, que ainda não foi publicado) devido ao cálculo da produtividade, ou o Fator X apurado pela Anatel. Conforme a portaria publicada hoje, o índice de produtividade para o reajuste tarifário de 2015, é de 2,1% referente à 2014 e não de 4,52%, conforme portaria da última sexta, que era referente à produtividade de 2013.

Com produtividade menor e inflação maior, o reajuste deverá ser bem maior do que o do ano passado, que não ultrapassou 0,65%. A estimativa é que ele seja pouco menor do que 5%. O último reajuste ocorreu no dia 10 de abril de 2014.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/03/2015 - Telesíntese

# Crise não abala confiança de fornecedores GPON

**Expectativa dos fornecedores é de ampliação das vendas em 2015, em função do mercado de provedores regionais de internet estar muito aquecido. A demanda por banda larga de melhor qualidade no interior do país continua forte.**

Apesar da instabilidade da cotação do real em relação ao dólar ser uma preocupação neste começo de ano, e das perspectivas de crescimento pífio para o PIB brasileiro, os fornecedores de equipamentos GPON, e de cabos para essa tecnologia, com atuação no país estão confiantes no volume de negócios que devem fechar este ano. Empresas como Padtec, Parks, Asga e Furukawa esperam que a proporção do faturamento com GPON, em relação ao total, avance em 2015.

Apesar do projeto de implantação de GPON da Oi, ao que tudo indica, estar parado, Telefônica Vivo e provedores regionais devem garantir a ampliação da receita com a tecnologia no país, avaliam os fornecedores. "Até pouco tempo, os provedores não faziam rede cabeada. E agora estão tentando se aprimorar na tecnologia de fibra óptica. Isso é uma coisa muito positiva. Entramos neste mercado há três anos, mas vemos que só agora ele está mais maduro. Os provedores estão confiantes para usar a tecnologia", afirma o gerente de produto da Padtec, Glauco Pereira.

Na Padtec, empresa de soluções para a parte ativa das redes cujo faturamento em GPON cresceu dez vezes no último ano, as vendas desses equipamentos ainda representam algo entre 5% e 10% do total. No entanto, a participação deve crescer em 2015, na avaliação de Pereira. A perspectiva da Padtec, a maior em receita entre os fabricantes nacionais de GPON, é de um crescimento de cinco vezes no faturamento.

A ampliação dos negócios com GPON também está no cenário traçado pela Asga, empresa nacional que comercializa concentradores e OLTs. "O negócio GPON representou em torno de 10% do faturamento global da empresa em 2014. Esse percentual deve crescer para 35% do faturamento em 2015", conta Carlos Yoshino, gerente comercial da Asga.

Ele explica que a empresa está com expectativa de fechar alguns projetos grandes este ano. E já tem contrato pra fornecer equipamentos para os projetos de Cidades Digitais, do governo federal, e para uma operadora, que está trabalhando com GPON para atender o segmento corporativo.

"Já fechamos grandes contratos, então vamos faturar. E essa tecnologia ainda está em estágio inicial no Brasil. A cada ano tem demonstrado forte crescimento e a Asga está posicionada como player que domina a tecnologia", frisa Yoshino.

Tanto Asga e PadTec quanto a Parks são beneficiadas pelas recentes políticas de estímulo à indústria nacional de equipamentos de telecomunicações e de pesquisa e desenvolvimento local. Além das exigências de cota de equipamentos produzidos e desenvolvidos no Brasil para desoneração fiscal de novas redes (Re-PNBL Redes), tais empresas têm vantagem competitiva ao vender para os provedores que buscam linhas de crédito como o Finame do BNDES.

A Parks, por exemplo, foi uma das primeiras empresas a trazer a tecnologia GPON ao país, em 2011, após quatro anos de investimentos de P&D. Mas, para além dos benefícios obtidos por conta da política econômica, a Parks se beneficia do conhecimento em GPON para fazer adaptações técnicas a pedido dos clientes, o que tem lhe garantido uma vantagem competitiva adicional.

A empresa, pioneira em GPON, apostou desde cedo na divulgação e treinamento de provedores de Internet de todos os portes para que a adoção ocorresse. "Já treinamos mais de 2 mil pessoas", diz Regina Souza, presidente da Parks. O resultado veio: no ano passado, as vendas de GPON significaram 45% do faturamento da Parks, um porcentual que será de 65% este ano, avalia a presidente. Do total faturado no ano passado, os pequenos provedores correspondem a um quarto. "Temos grandes operadoras e importantes clientes no mercado corporativo e institucional [faculdades, hospitais, escritórios de advocacia]".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

## Estratégias das estrangeiras

Já a Furukawa, companhia japonesa, fará todos os esforços para ainda este ano adquirir o registro de tecnologia nacional para suas soluções de GPON – a empresa trabalha também com EPON. "Estamos trabalhando na nacionalização de equipamentos. Durante 2015, passaremos por esse processo, importante principalmente pelo Finame", explica Celso Motizuqui, gerente geral de vendas da Furukawa. A principal preocupação é com a possibilidade de aquisição de seus equipamentos pela linha Finame, do BNDES.

No ano passado, a Furukama experimentou um crescimento de 30% no faturamento com as tecnologias PON. "Já passa a ser expressivo", diz Motizuqui. Para 2015, a expectativa é de um crescimento de 15% na receita com as tecnologias PON, apesar da projeção de receita global estável no país este ano.

Mas não só as empresas com desenvolvimento e fabricação local que têm aproveitado o boom do GPON no Brasil. A WDC, por exemplo, responsável pela distribuição dos produtos FiberHome no Brasil, fechou uma venda para associados da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).

"Acabei optando por trazer esses produtos de fora; foi uma oportunidade com a criação do clube de compra. A referência dos equipamentos nos agradou e ele é utilizado por grandes operadoras no mundo, o que nos deu segurança. Também contamos com o suporte da WDC e podemos trocar experiências", explica Marcelo Couto, dono da provedora NowTech.

## Podia ser melhor

Todos os fornecedores poderiam fazer um coro sobre como o mercado de GPON poderia estar ainda mais aquecido no Brasil, o que significaria mais redes de ponta sendo instaladas ao longo do extenso território nacional, não fosse a dificuldade dos pequenos e médios provedores de internet em obter financiamento.

A Padtec está convicta de que o processo de migração das redes, em geral de rádio, para o cabeamento de alta capacidade poderia ser muito mais rápido, porque fez um trabalho focado justamente nesta questão: "Temos casos emblemáticos que mostram como existe uma demanda reprimida entre os provedores, por falta de acesso ao financiamento".

Diante dos recursos parcos, alguns provedores optam por comprar equipamentos no mercado cinza, como são chamados os equipamentos provenientes de importação irregular. "A competição tem aumentando, de fato, quando falamos em GPON no Brasil. Mas a competição saudável não nos preocupa", salienta Regina, da Parks.

Outro ponto de atenção é a variação do dólar. Nenhum dos fornecedores acredita que, até este momento, ela tenha impacto significativo no segmento, que está muito aquecido, mas atrapalha o planejamento das companhias. E, no longo prazo, pode trazer problemas.

As incertezas relacionadas à política econômica também foram apontadas como possíveis entraves apesar da tendência positiva para o GPON. A possibilidade de fim da desoneração da folha de pagamento – bloqueada pela oposição ao governo no Congresso – é um dos pontos de preocupação, mas existem outros.

"A gente se preocupa com o fim dos benefícios para a indústria nacional. Recentemente, teve a mudança no IPI, teve essa questão da desoneração da folha de pagamento. A taxa do Finame saltou de 3,5%, no começo do ano, para 6,5% agora. Existem dúvidas em relação ao volume de recursos a ser destinado pelo BNDES. São regras que mudam de um dia para o outro e isso, sim, atrapalha muito", frisa Pereira, da Padtec.

Mas se há indefinições no cenário, há boas notícias no horizonte que podem, ou não, se concretizar. Dirigentes do Ministério das Comunicações prometem que o governo lança em abril, ou maio, a nova etapa do Plano Nacional de Banda Larga. Entre as medidas que contempla está a criação de um fundo garantidor para provedores regionais poderem assumir empréstimos junto ao BNDES, o que seria uma resposta à sua principal reivindicação.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/03/2015 - CUT

# Democracia também é igualdade entre gêneros

## A menos de uma semana para atos de 13 de março, mulheres na Paulista cobram reforma para participação igual na política

Debaixo de sol ou de chuva, elas estão sempre na luta e não foi diferente nesse domingo, 8 de março. Com bandeiras, cartazes, apitos, rostos e corpos pintados, cerca de oito mil mulheres saíram em marcha da Avenida Paulista até a Praça Roosevelt, centro paulistano.

A pauta do tradicional ato do Dia Internacional de Luta da Mulher foi liberdade, igualdade e autonomia e teve relação direta com um dos eixos que a CUT e parceiros dos movimentos social e sindical levarão às ruas nas mobilizações do próximo dia 13 de março.

A defesa da democracia engloba os três pontos do Dia 8 de Março deste ano e é fundamental para garantir a maior participação feminina em espaços de decisão, a base das transformações, conforme destacou a secretária de Mulheres da Central, Rosane Silva.

"Para fazer avançar a democracia no nosso país, queremos que as mulheres estejam no cotidiano do Parlamento, do Executivo, do movimento sindical e dos partidos políticos como estão no cotidiano dos lares. Só assim garantiremos mais recursos para políticas públicas de saúde e educação, fundamental para nós porque ainda somos as únicas responsáveis pelo cuidado da família e queremos ter mais tempo para participar das instâncias de poder", disse.

Para a dirigente, a política de pende de uma reforma que altera especialmente a forma como os candidatos participam das eleições. "Queremos o fim do financiamento empresarial e o voto em lista com alternância de gênero para que tenhamos as mesmas condições de sermos eleitas que os homens. Esse é o caminho para garantir uma sociedade justa e igualitária", acrescentou.

O mecanismo de aliciamento de candidatos gera uma representatividade no Congresso que não reflete a sociedade brasileira, onde as mulheres são maioria, conforme destacou a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-SP, Sônia Auxiliadora.

"Não queremos esse financiamento que beneficia quem já é favorecido, relegando às mulheres 10% de participação no Parlamento. Também não queremos um Congresso onde é preciso fazer acordo com banqueiros e empresários, que não representam a classe trabalhadora".

Rosane lembrou ainda que a presidenta Dilma Rousseff deve sancionar nesta segunda (9) o Projeto de Lei que típica o feminicídio no Código Penal (crimes contra a mulher por razões de gênero como a violência doméstica e familiar),

"Essa é mais uma conquista nossa, mas temos muito a avançar, especialmente na estrutura para atender as mulheres vitimas de violência e o combate ao machismo no Poder Judiciário que aplica as penas", lembrou.

Crise afeta mais as mulheres

Apesar de ter tumultuado a saída da caminhada, a chuva forte que caiu na Avenida Paulista gerou um sentimento de alívio diante da crise hídrica no Estado comandado pelo PSDB. Nos discursos, elas ressaltaram o quanto a falta de água tem prejudicado o cotidiano das mulheres, principalmente nas periferias.

Cartazes pelo fim da violência doméstica e pela legalização do aborto lembravam que a vida não deve ser nada fácil a partir deste ano com o Congresso mais conservador desde 1964.

"Felicianos, Bolsonaros e Cunhas estão passando por cima de nossos cadáveres. Aborto, legalize já!", defendia.

Leia mais em:
**http://cut.org.br/noticias/democracia-tambem-e-igualdade--entre-generos-2018/**

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/03/2015 - RBA

# 'Chegou a hora de mexer com os mais ricos', afirma economista

**Para professor da USP, seria 'muito mais lógico' taxar as grandes fortunas, sem sacrificar a classe média e setores mais pobres. Ao citar o francês Piketty, ele critica a política do ministro Levy**

Taxar as grandes fortunas, discussão do momento no Brasil, é uma recomendação do economista francês Thomas Piketty, autor do best-seller O Capital no Século XXI, que trata da concentração de renda em vários países. Ao professor Paulo Feldmann, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA--USP), chamou a atenção o conhecimento que Piketty demonstrou ter sobre a realidade brasileira, em visita recente ao país. Por vários motivos, o francês vê como melhor estratégia para os países a taxação de fortunas – "que é exatamente o que não fazemos no Brasil", escreveu Feldmann em artigo no jornal Valor Econômico publicado há pouco mais de um mês.

Outra ideia que poderia ser aplicada por aqui é de aumentar a taxação das heranças. O chamado Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), tributo estadual, é de 4%. "Um décimo do valor da alíquota do Reino Unido, onde o imposto sobre herança é um dos tributos mais importantes", observa Feldmann. No Brasil, os governos estaduais arrecadaram R$ 4,5 bilhões com o ITCMD em 2013. Seriam R$ 45 bilhões com uma alíquota de 40%.

Soma-se a isso um possível imposto, também de 4%, cobrado das famílias com patrimônio pessoal superior a US$ 1 milhão, em torno de 225 mil no Brasil, de acordo com relatório do banco Credit Suisse citado pelo professor, poderiam ser arrecadados mais R$ 36 bilhões. O valor se obtém de uma estimativa conservadora de patrimônio médio em torno de US$ 1,5 milhão por família, o que representaria um total de R$ 900 bilhões.

Assim, os dois impostos poderiam totalizar R$ 81 bilhões, no tamanho do "ajuste" visado pelo governo. Seria uma forma mais justa de aumentar a arrecadação, poupando a classe média e os setores mais pobres da sociedade. Em vez da receita de Levy, o economista da USP propõe o modelo Piketty. "O que estou dizendo no artigo é que chegou a hora de mexer com os mais ricos", afirma, em entrevista.

Por que o debate sobre a taxação sobre grandes fortunas não avança?

Não acha que haja tanta dificuldade, desde que o governo resolva levar isso como uma questão prioritária. Levando ao Congresso e pedindo principalmente à bancada do PT, acho que a chance de aprovar seria muito grande. O que precisa é o governo arregaçar as mangas e levar essa discussão adiante.

A discussão tem se limitado a aumentar impostos e cortar gastos. Falta ousadia, criatividade, à equipe econômica?

Este governo, lamentavelmente, está optando por um caminho muito neoliberal e não está colocando as medidas que sempre foram defendidas pelo PT e pela esquerda em geral, no Brasil e no mundo. Isso (imposto sobre fortunas) já aconteceu em outros países. Esse governo está caminhando para uma política de agradar as camadas mais ricas e os donos do capital. O Brasil é o único país que está aumentando taxa de juros. Por que o Joaquim Levy virou ministro da Fazenda? Porque o governo quer agradar o grande capital, que não quer mudanças como essa. A política econômica que está aí é muito ortodoxa, ultrapassada.

Leia mais em:

**http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/03/reforma-tributaria-seria-muito-mais-logico-taxar-as-grandes--fortunas-diz-economista-8288.html**

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/03/2015 - Portal Vermelho

# Ana Matos: a rotatividade e o mercado de trabalho no Brasil

**Segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o mercado de trabalho formal brasileiro (definido como contratos de trabalho celetista e estatutário) terminou o ano de 2013 com um estoque de 48,9 milhões de vínculos de trabalho.**

Em relação a 2002, foram criados mais de 20 milhões de empregos, com um incremento médio anual de 1,8 milhão de postos de trabalho. No entanto, o mercado de trabalho brasileiro possui um elevado número de admissões e desligamentos, ou seja, uma alta rotatividade, que é característica do mercado de trabalho brasileiro. Por exemplo, em 2013, ocorreram 29,1 milhões de admissões, mas 12,0 milhões desse total não permaneceram ativas em 31/12. O gráfico abaixo mostra a evolução desses índices desde 2002.

A rotatividade é definida como a comparação da movimentação anual em relação ao estoque médio de empregos de cada ano e pode ser medida em: i) taxa de rotatividade global, que envolve todos os desligamentos observados no ano; ii) taxa de rotatividade descontada, em que são excluídos os desligamentos por motivos não ligados diretamente à decisão do empregador (por morte e aposentadoria do trabalhador, transferências e a pedido do trabalhador). Já os motivos tipicamente patronais dizem respeito a demissões sem justa causa, com justa causa e término de contrato. No mercado de trabalho celetista, em 2013, a taxa de rotatividade global chegou a 63,7%, e a taxa de rotatividade descontada foi de 43,4%, como mostra o gráfico a seguir. Os dados mostram também que no Brasil predomina o emprego de curta duração: entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho e 65% dos casos sequer atingiram um ano completo.

Quanto às razões de desligamento, predomina o encerramento do contrato de trabalho por motivação tipicamente patronal: 77,8% do total em 2002, caindo para 68,3% em 2013. Chama a atenção o crescimento do desligamento a pedido do trabalhador (de 15,6% para 25,0% nesse período), que ocorre provavelmente com a criação de alternativas para a busca de postos de trabalho mais qualificados.

De modo geral, verifica-se que entre os desligamentos ocorridos durante 2013 há uma predominância dos trabalhadores mais jovens e de menor escolarização frente aos trabalhadores que permanecem ativos no final de cada ano. Também a agricultura/pecuária e construção civil são os setores com maiores taxas de rotatividade.

Assim, a alta rotatividade permanece como um problema no mercado de trabalho brasileiro, impedindo ganhos de produtividade na economia e mais estabilidade para os trabalhadores. É devido a esse aspecto que muitos especialistas questionam o uso do termo "pleno emprego" para designar o mercado de trabalho atual, pois tamanha rotatividade não é condizente com esse conceito.